

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

CRISTIANE GIUSTI

ANÁLISE DE INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL – ISE - BMF&BOVESPA

Porto Alegre
Dezembro/2012

CRISTIANE GIUSTI

**ANÁLISE DE INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
EMPRESARIAL – ISE - BMF&BOVESPA**

Trabalho de conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Me. Fernanda Gomes Victor

Porto Alegre

2012

ANÁLISE DE INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA EMPRESAS INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE - BMF&BOVESPA

(ANALYSIS OF INDICATORS OF STATEMENT OF VALUE ADDED FOR BUSINESS MEMBERS OF CORPORATE SUSTAINABILITY INDEX - ISE - BMF & BOVESPA)

RESUMO

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), divulgado pela BM&FBovespa elenca, por meio de uma carteira teórica de ações, as empresas que melhor atendem as práticas de sustentabilidade empresarial. A empresa por sua vez, utiliza-se de diversos meios para divulgar as suas ações de sustentabilidade. Uma fonte relevante de informações nesse sentido é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), por meio da qual a empresa divulga como adicionou valor e como distribuiu esse valor entre os *stakeholders*. Por meio de levantamento de dados e realização de uma pesquisa documental, este artigo objetiva analisar e evidenciar as informações contidas na Demonstração do valor adicionado, por meio da aplicação de indicadores de desempenho, na tentativa de identificar um padrão de comportamento de tais índices ara as empresas integrantes da carteira de 2012 do Índice de Sustentabilidade Empresarial divulgado pela BM&FBovespa. Os resultados obtidos demonstram que, ao se segregar os resultados por setores, as empresas integrantes do ISE possuem comportamentos semelhantes quanto aos índices extraídos da DVA. Também foi possível encontrar diferenças entre o comportamento dos índices ao se segregar as empresas entre grupos de maior ou menor participação no ISE.

Palavras-chave: Demonstração do Valor adicionado; Indicadores da DVA; Geração e distribuição de riqueza; Índice de Sustentabilidade Empresarial

ABSTRACT

The Corporate Sustainability Index (ISE), published by BM & FBovespa lists by means of a theoretical portfolio of stocks, companies that best meet corporate sustainability practices. The company in turn uses various means to publicize their sustainability initiatives. A relevant source of information in this regard is the Demonstration of Value Added (DVA), through which the company discloses how added value and how that value distributed among stakeholders. Through data collection and conducting documentary research, this article aims to analyze and highlight the information contained in the Statement of added value through the application of performance indicators in an attempt to identify a pattern of such indices ara the companies in the portfolio of the 2012 Corporate Sustainability Index published by BM & FBovespa. The results show that by segregating the results by sector, the companies of the ISE have similar behaviors as indices extracted from the DVA. It was also possible to find differences between the behavior of the indices to segregate firms between groups of higher or lower participation in the ISE.

Keywords: Statement of Value added; indicators of VAD; Generation and distribution of wealth; Corporate Sustainability Index

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização e o aumento da preocupação com o meio social, a sociedade está exigindo atitudes transparentes por parte das empresas. A tendência mundial dos investidores é a procura por empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e, ao mesmo tempo, rentáveis para aplicar seus recursos.

Diante desse fato, a gestão empresarial deixou de ser uma simples conta de resultados positivos e negativos, passando a contabilizar um vasto conjunto de dados, que computam visão, objetivos, compromissos, externalidades, *stakeholders* e outras variáveis. Essa gestão empresarial com muitas interfaces com a sociedade precisa de mecanismos de avaliação mais abrangentes. (MARCONDES, BACARJI, 2010).

Para tanto, as empresas optam por zelar também pelos interesses dos demais *stakeholders*, como colaboradores, funcionários, investidores, fornecedores e clientes, não somente dos acionistas, como nas décadas anteriores. Essa nova atitude empresarial visa utilizar esses recursos como um diferencial diante da concorrência. (ALMEIDA ET AL, 2009).

Nesse sentido, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BMF&Bovespa, objetiva estimular as empresas a adotarem as melhores práticas de Sustentabilidade Empresarial, sendo uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (BMF&Bovespa, 2012).

A sustentabilidade empresarial representa o compromisso das empresas com o desenvolvimento sustentável do meio onde estão inseridas, visando a continuidade de suas ações. Considerando que a contabilidade tornou-se uma importante aliada para demonstrar o comprometimento da entidade com a sustentabilidade empresarial, bem como a responsabilidade com o desenvolvimento da sociedade na qual ela esta inserida.

Por meio da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, a empresa divulga as informações de natureza social, demonstra a maneira como obteve a geração de riqueza e como ela foi distribuída aos seus colaboradores. Segundo, Neto (2009, p. 87) “O objeto maior da DVA é o de demonstrar o quanto a empresa gerou de riquezas e como ela distribuiu essa riqueza aos agentes que contribuíram para tal formação”.

Nesse sentido, Siqueira (2007, p.135) complementa a relevância da contribuição das informações divulgadas na DVA;

Os pontos positivos em sua utilização são bastante conhecidos através da bibliografia. Entre outros aspectos, oferece uma linguagem que atinge diferentes segmentos da sociedade, expressa a lucratividade das operações de forma mais abrangente do que a demonstração de resultados do exercício e oferece uma visão social da atividade empresarial.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar e evidenciar as informações contidas na Demonstração do valor adicionado, através da aplicação de indicadores de desempenho, na tentativa de indicar um padrão de comportamento apresentado pelas empresas integrantes da carteira de 2012 do Índice de Sustentabilidade Empresarial divulgado pela BM&FBovespa.

De acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005), os indicadores retirados da DVA se constituem em um ótimo avaliador da distribuição da riqueza gerada pela empresa, sem pretensão de desconsiderar ou substituir outros indicadores tradicionais de mensuração da riqueza.

A lei 11.638 publicada em 28 de dezembro 2007 introduziu diversas mudanças na contabilidade em relação à divulgação das demonstrações financeiras. Entre as alterações trazidas por esta lei, destaca-se a obrigatoriedade da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, para as Companhias de Capital Aberto, juntamente com as demais demonstrações financeiras elaboradas pela entidade. As normas sobre sua elaboração constam no Pronunciamento Técnico CPC 09. (SANTOS, SHMIDT, 2011).

Com a obrigatoriedade da divulgação da DVA, a análise desta demonstração torna-se um importante aliado à sociedade, ao acionista e aos demais interessados para medir e mensurar a riqueza agregada da entidade e sua distribuição. Pode-se mensurar também qual é o nível de preocupação da entidade com a sociedade na qual ela está inserida.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O presente trabalho buscará responder a seguinte questão: Qual a capacidade de produção de riqueza das empresas integrantes da carteira 2012 do ISE, e como esta riqueza foi distribuída pelas mesmas, segundo indicadores extraídos da DVA, no período de 2010 e 2011?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho é analisar os indicadores da DVA publicada pelas empresas componentes da carteira de 2012 do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, constituído pela BM&FBovespa e disponível em sua página eletrônica.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar a Demonstração do Valor Adicionado das companhias da amostra selecionada;
- b) Analisar os indicadores da DVA;
- c) Medir a geração de riqueza e a forma de distribuição dos recursos aos agentes econômicos que participaram da formação da riqueza, a partir dos indicadores propostos pela literatura;
- d) Interpretar os resultados dos indicadores da DVA à luz das características das empresas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A DVA constitui em um importante instrumento de gerenciamento e planejamento, e também de controle social. Uma vez que as informações constantes nesta demonstração revelam dados significativos quanto à atividade das entidades e seus conseqüentes impactos considerando-se o papel social desempenhado pelas empresas. (ALMEIDA ET AL 2009).

Dessa forma, com o estudo da DVA, por meio da análise dos indicadores, este estudo pretende contribuir para que a sociedade em geral, possa avaliar a geração de riqueza das companhias integrantes do ISE e a maneira como elas distribuem essa riqueza agregada.

Para a sociedade contábil, este estudo pretende contribuir para o aprofundamento do estudo da DVA, através da análise de indicadores, como possível ferramenta de planejamento e sustentabilidade empresarial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Beuren et. al. (2008) “uma importante fonte de influencia sobre a prática é a teoria”. Dessa forma, nesta seção apresentam-se os temas do referencial teórico, que se pretende analisar para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

2.1 DVA – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Lei ° 11.638/07, de acordo com o art. 176, inclui a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) ao conjunto de demonstrações contábeis e financeiras a serem divulgadas pelas Companhias de Capital Aberto. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), segundo definição constante no item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 09, deve fornecer, aos usuários das demonstrações contábeis, informações acerca da riqueza criada pela entidade e a maneira como esses recursos foram distribuídos.

Valor adicionado, segundo definição da norma, representa a riqueza criada pela empresa, medida pela diferença entre o valor das receitas de vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Nesse cálculo inclui-se também, o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos a entidade.

O Pronunciamento Técnico CPC 09, apresenta a estrutura de apresentação da demonstração, de acordo com o item 6, a riqueza produzida pela entidade deve ser detalhada da seguinte forma:

- (a) pessoal e encargos;
- (b) impostos, taxas e contribuições;
- (c) juros e aluguéis;
- (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
- (e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

Dessa forma, a DVA é elaborada em duas partes: na primeira é apresentada a geração do valor adicionado e na segunda a distribuição desse valor. De acordo com o CPC 09, abaixo o modelo de apresentação da DVA:

Quadro 1: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	20x1	20x2
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos serviços		
1.2) Outras Receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7

Fonte: Adaptado de Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 09

A DVA, inicialmente, conforme item 7 do CPC 09, deve apresentar a riqueza criada pela entidade a partir da apresentação do conjunto de componentes: receitas, insumos adquiridos de terceiros, valor adicionado recebido em transferência.

A segunda parte da DVA, de acordo com o item 15 do CPC 09, deve abordar a distribuição da riqueza, abordando de forma detalhada como ela foi distribuída entre os seguintes componentes:

Pessoal: através do detalhamento dos valores da remuneração direta, benefícios e FGTS.

Impostos taxas e contribuições: apresentação dos valores relativos aos impostos aos quais a empresa esta sujeita, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Remuneração de Capital de Terceiros: a entidade deverá divulgar os valores pagos ou creditados aos financiamentos externos de capital, compreendidos de juros, aluguéis, e outras, incluindo transferências de riquezas a terceiros.

Remuneração de capitais próprios: representados pelos valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

A DVA, de maneira geral, está fundamentada em conceitos macroeconômicos, segundo item 10 do CPC 09, depois de eliminados os valores que apresentam dupla contagem a demonstração fornece a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Além disso, a elaboração dessa demonstração é muito importante, pois, proporciona informações de natureza econômica e social, bem como oferece ao usuário, a possibilidade de avaliação das atividades da empresa na sociedade na qual ela está inserida. Item 12 CPC 09.

As informações constantes na DVA, conforme, Almeida et. al. (2009), produzem base para efetivação de diversas análises contábeis que possam identificar o comportamento da entidade tanto com os agentes internos, quanto com os agentes externos.

Os autores complementam que as informações da DVA, para os sindicatos e empregados, contribuem para a comparação de base salarial entre entidades do mesmo segmento, como também para estudos da evolução da remuneração ao longo do tempo. Para o Governo, a demonstração possibilita uma análise comparativa da carga tributária entre os setores, possibilitando a mensuração, por exemplo, do setor que mais contribui com a receita. Não obstante, para os acionistas e credores, a DVA possibilita a análise das projeções futuras,

a análise da sustentabilidade empresarial bem como, o acompanhamento da evolução na geração de riqueza. (ALMEIDA ET AL, 2009).

Da mesma forma, Almeida et. al. (2009) afirmam que, para os administradores, a DVA serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico e tomada de decisões, como também, apresenta a parcela que lhes cabe a título de remuneração. A sociedade utiliza as informações para comprovar a representatividade das práticas de sustentabilidade e responsabilidade social das entidades, como também para avaliar a geração da riqueza e sua estrutura de distribuição.

Diante dessas contribuições que a elaboração da DVA apresenta, de acordo com Ribeiro (2009), não restam dúvidas de que ela representa um grande avanço para a ciência contábil, pois atinge um universo maior de usuários ao evidenciar a riqueza gerada pela empresa e a forma como ela foi distribuída aos agentes que contribuíram na formação desses recursos.

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo o item 9 do Pronunciamento Técnico – CPC 26, as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial, financeira e do desempenho de uma entidade. O objetivo das demonstrações, de acordo com o CPC 26, é proporcionar aos diversos usuários, informações acerca da posição patrimonial e financeira, bem como do desempenho econômico de uma entidade. Além disso, as informações retiradas das demonstrações auxiliam os usuários em suas avaliações para tomadas de decisões.

Conforme Santos, Schmidt (2011, p. 37), “Através da análise das demonstrações contábeis, o usuário observa a situação da empresa em seus aspectos econômicos, patrimoniais e financeiros, através da linha do tempo, possibilitando assim, projeções futuras”.

Da mesma forma, de acordo com Neto (2010, p. 35)

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômica-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

As demonstrações contábeis, de acordo com as normas contábeis, fornecem diversos dados relativos à entidade. No entanto, para que esses elementos sejam melhor compreendidos, por parte dos usuários, as demonstrações contábeis necessitam ser analisadas.

A análise das demonstrações transforma os dados contábeis e financeiros em informações. A análise será mais eficiente, quanto mais e melhores informações produzir. (MATARAZZO, 2010).

Iudícibus (2010, p.5) define a análise de balanços como “a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”.

A contabilidade, de acordo com a Lei 11.638/2007, está obrigada a elaborar diversas demonstrações contábeis, entre elas, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que será analisada por meio de indicadores da DVA.

2.3 INDICADORES DA DVA.

A análise da DVA por meio de indicadores tem como objetivo extrair as informações, através de cálculos, visando a interpretação dos dados obtidos. Este trabalho pretende analisar a Demonstração do Valor Adicionado, divulgada pelas 38 Companhias integrantes do ISE - BM&FBOVESPA. Para atingir esse objetivo, serão utilizados para a análise os indicadores propostos por Almeida et al (2009):

Quadro 2: Indicadores da Demonstração do Valor Adicionado

INDICADOR	FÓRMULA	CONCEITO
Percentual de Vendas no valor da Receita Total.	$FVRT = \frac{VENIDAS}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação das Vendas no valor da Receita total da empresa.
Percentual da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor da Receita Total.	$PPDDRT = \frac{CPDD}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação da Constituição ou Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos no valor total da Receita da empresa

Percentual de Receitas Não Operacionais no valor da Receita Total	$PNORT = \frac{RNO}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual de participação das Receitas Não - operacionais no valor da Receita Total.
Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita.	$GVAR = \frac{VAB}{RECEITAS} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto da Receita Total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto.
Grau de Contribuição para Riqueza de Terceiros.	$GCRT = \frac{Ins + Ret}{RT} \times 100$	Este indicador serve para indicar o quanto da Receita Total a empresa destina a pagamento de terceiros.
Grau de Produção de Riqueza Própria.	$GPRP = \frac{VALPE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa.
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência.	$GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento de terceiros.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados.	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos empregados.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo.	$PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado ao Governo.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas.	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos Acionistas.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras.	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para avaliar o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado as Instituições Financeiras.
Percentual de Retenção do Valor Adicionado.	$PRVA = \frac{LK}{VATD} \times 100$	Este indicador serve para medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi retido pela empresa.

Fonte: Adaptado de Almeida et. al. (2009, p.141)

Segundo Welter, Oberger, Vanzella (2005, p. 196) “Os dados utilizados para a análise são retirados da DVA e têm por objetivo evidenciar a geração de riqueza e sua aplicação,

pode-se, por intermédio destes índices, ter-se uma visão bem ampla da geração de riqueza, bem como sua destinação”. Alguns estudos empíricos foram desenvolvidos com o intuito de utilizar indicadores para mensurar e extrair informações a partir da DVA, para os diversos públicos interessados.

Nesse sentido, cabe destacar o estudo implementado por Cunha, Ribeiro e Santos (2005), no qual os autores analisaram a DVA de um conjunto de 416 empresas, retiradas do cadastro do FIPECAFI, com o intuito de demonstrar o poder de aferição relativo às informações sobre a formação de riquezas pela empresa.

Ao final do estudo, Cunha, Ribeiro e Santos (2005), afirmam que os indicadores retirados da DVA se constituem em um ótimo avaliador da distribuição da riqueza gerada pela empresa, sem pretensão de desconsiderar ou substituir outros indicadores tradicionais de mensuração da riqueza.

Na mesma linha de pesquisa o estudo de Almeida et. al. (2009), analisou a Demonstração do Valor Adicionado da empresa PETROBRÁS S.A., no período de 1998 a 2007 e sugeriu indicadores de para a análise desta demonstração.

A partir da análise, Almeida et. al. (2009) concluíram que a maior parte (93,02%) da riqueza da empresa foi proveniente de sua criação e apenas 6,98%, foi recebida em transferência de terceiros.

Além disso, quanto à distribuição da riqueza aos stakeholders, de acordo com Almeida et. al. (2009) a PETROBRÁS destinou 59,39% de sua riqueza ao Governo, 14,97% às Instituições Financeiras. A empresa agregou 12,80% da sua riqueza na forma de retenção dos lucros ao seu capital próprio. E por fim, a PETROBRÁS distribuiu aos empregados 7,08% de sua riqueza, e destinou o menor percentual aos acionistas, 5,76% da riqueza agregada.

2.4 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

As empresas são sistemas que interagem com os outros sistemas, nos quais estão inseridas, formando um todo. No momento em que algum sistema não se desenvolve o todo resta prejudicado. Dessa forma, as empresas podem incluir a sustentabilidade empresarial em seus processos decisórios e no planejamento estratégico, visando a continuidade do negócio, que representa uma parte do sistema, e da sociedade, que compõe o todo. (VELLANI, RIBEIRO, 2009).

O conceito de responsabilidade social e de sustentabilidade sustenta que as empresas possuem compromisso com a sociedade. As instituições sustentáveis trabalham para atender

as necessidades das pessoas no presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas necessidades.

De acordo com Vellani, Ribeiro (2009, p.188) “Sustentabilidade qualifica tudo aquilo que pode se manter. Sustentar pode ter muitos significados. Um deles pode ser atributo a algo ininterrupto, cíclico, com perspectiva de continuidade”.

No contexto corporativo, conforme Vellani, Ribeiro (2009), a sustentabilidade pode ter três dimensões: a econômica, a social e a ecológica. Essa conceituação é conhecida internacionalmente como *Triple Botton Line* (TBL), a qual reflete sobre a necessidade das empresas ponderarem em suas decisões estratégicas o *botton line* econômico, social e ecológico.

As empresas podem utilizar a contabilidade, a partir do conceito do TBL e da sustentabilidade empresarial, como uma fonte de informações para a tomada de decisões.

Segundo Vellani, Ribeiro *apud* Bebbginton (2001) “a contabilidade, como fonte de informação da contribuição da empresa no desenvolvimento sustentável, pode analisar, mensurar e divulgar informações acerca da relação da empresa com o econômico, social e ecológico”.

A Demonstração do Valor Adicionado, por divulgar a geração de riqueza da empresa e como o valor agregado gerado foi distribuído aos agentes econômicos, é um importante demonstrativo, segundo critérios contábeis, da contribuição da empresa para com o meio na qual ela está inserida.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Gil (2008) define o método científico, como um caminho para se chegar a determinado lugar, ou seja, é composto pelo conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para se atingir o objetivo do conhecimento. De acordo com Beuren et. al. (2008, p. 67) “A metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado, o qual pode ser substituído ou acompanhado da elaboração de hipóteses”

Dessa forma, esta seção pretende apresentar o método de pesquisa, a classificação de pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e o procedimento de análise dos dados, visando permitir a viabilidade do estudo a que esse artigo se propõe.

Esse trabalho é de cunho descritivo, pois busca descrever, analisar, identificar o comportamento de determinada população. Foi realizada uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2008) tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou estabelecimento de relação entre variáveis.

Relativamente aos procedimentos foi adotada a pesquisa documental, pois as informações foram analisadas de acordo com o objetivo da pesquisa. Segundo Beuren et. al., (2008), a notabilidade da pesquisa documental é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas e que não receberam nenhum tratamento analítico, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de pesquisa.

A abordagem do problema foi realizada de forma quantitativa, que é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre os fenômenos. Além disso, a abordagem quantitativa utiliza instrumentos estatísticos tanto na coleta, quanto no tratamento dos dados. (BEUREN ET AL, 2008).

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

De acordo com Gil (2008, p. 90) “Amostra é o subconjunto do universo ou a população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Este estudo utilizou como amostra o conjunto das empresas integrantes da carteira 2012 do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, disponível na página eletrônica da BMF&Bovespa S/A.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial, conforme publicado no site da BM&F Bovespa, foi desenvolvido em 2005, com o intuito de criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

O ISE tem como missão “Induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis”. O Índice, de acordo com a BM&FBovespa, é uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BM&FBovespa, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre

empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

A mais recente carteira do ISE foi anunciada no dia 25 de novembro de 2011 e vigora de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012. A sétima carteira do ISE reúne 51 ações de 38 companhias, que representam 18 setores e somam R\$ 961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA. As companhias integrantes do ISE estão discriminadas conforme Quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Companhias integrantes da carteira do ISE – 2012.

EMPRESA	Qtde. Teórica	Part. (%)
AES TIETE S.A.	32.738.382	0,903
ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S.A	142.936.481	1,358
BANCO BRADESCO S.A	103.654.264	5,371
BANCO DO BRASIL S.A	179.740.405	1,337
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	12.620.095	0,029
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	135.385.160	0,819
BRASKEM S.A.	225.334.029	1,96
BRF - BRASIL FOODS S.A.	549.581.000	6,911
CCR S.A.	861.282.756	5,232
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	106.052.829	5,001
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	105.176.631	1,407
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	2.324.502	0,246
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	12.592.102	1,143
CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	113.326.528	3,148
CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	53.739.945	0,889
CPFL ENERGIA S.A.	171.498.494	1,634
DURATEX S.A.	190.593.468	0,709
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	143.991.375	0,903
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	134.951.988	0,674
ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	128.604.013	1,528
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	53.707.370	0,515
EMBRAER S.A.	722.331.808	3,857
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	182.747.721	0,441
FIBRIA CELULOSE S.A.	187.952.880	0,937
GERDAU S.A.	100.231.859	6,161
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	44.368.627	5,489
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	151.421.150	2,398
LIGHT S.A.	55.800.380	0,539
METALURGICA GERDAU S.A.	44.753.834	2,464
NATURA COSMETICOS S.A.	168.112.073	2,829
OI S.A.	162.324.910	2,618
REDECARD S.A.	336.274.898	4,144

SUL AMERICA S.A.	107.786.133	0,603
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	177.106.043	0,334
TIM PARTICIPACOES S.A.	732.244.574	2,873
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	118.394.332	1,636
ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	400.104.810	6,424
VALE S.A.	400.241.367	14,536

Fonte: Adaptado de <http://www.bmfbovespa.com.br>

Alguns estudos foram recentemente realizados com o objetivo de identificar a influência do ingresso no Índice de Sustentabilidade Empresarial na geração de valor das empresas participantes.

Guimarães (2010) realizou um estudo que utilizou como amostra 646 empresas listadas na BMF&Bovespa, no período compreendido entre 1999 a 2009. De acordo com Guimarães (2010), os resultados estatísticos obtidos a partir do Modelo Ohlson, não confirmaram ganho de valor para as empresas que participaram do ISE no período, ou seja, o mercado brasileiro não reagiu em relação à passagem ou inclusão da empresa no Índice.

Além disso, de acordo com Guimarães (2010, p. 70),

O ISE parece participar do contexto da teoria do *stakeholder*, representando a satisfação das necessidades dos interessados na empresa; isto poderia significar então, que as empresas que participam do ISE, estão mais preparadas para sua continuidade, e provavelmente, serão mais capazes de gerar valor aos acionistas.

Seguindo a mesma linha de pesquisa, Dias (2007) avaliou se a entrada de uma empresa no ISE acrescenta valor ao acionista, concluindo que, quando comparadas com os índices de mercado, as ações das empresas não apresentam distorções relevantes. Porém foram obtidos resultados positivos próximos à data de anúncio da carteira do ISE. Sendo assim esses resultados podem ajudar no processo de decisão.

Nesse sentido, cabe também evidenciar o artigo de Sousa et. al. (2011) “Responsabilidade Social Empresarial: Uma análise sobre a Correlação entre a Variação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Lucro das Empresas Socialmente Responsáveis”. O estudo foi realizado com o intuito de analisar o desempenho das empresas integrantes do ISE e indicar qual o grau de correlação entre as suas receitas e o Índice.

Sousa et. al. (2011, p. 52) concluíram que:

Suas receitas líquidas aumentaram 56,46% em relação ao ano anterior, e a carteira do ISE aumentou no mesmo período 40,35%, e através da análise de regressão, verifica-se que 86,9% das variações do ISE são explicadas pela variação

nos resultados da carteira, ou seja, quanto mais varia o ISE, mais as receitas líquidas das empresas variarão respectivamente no percentual declarado.

Nesse sentido, Sousa et. al. (2011), perceberam que o comportamento das empresas que passaram a fazer parte da carteira de ações do ISE, variava na mesma proporção que a variação do Índice.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada a partir da Demonstração do Valor Adicionado divulgada pelas 38 companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. Posteriormente foi realizado o tratamento dos dados. Para que isso fosse possível, foi composta uma planilha de análise dos dados constantes na DVA, de cada entidade e aplicado o conjunto de indicadores propostos por Almeida et. al. (2009).

4. APRESENTAÇÕES E ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As informações contidas nas demonstrações coletadas foram submetidas à análise, com o intuito de identificar a geração de riqueza por parte das empresas e a maneira como o valor agregado foi distribuído aos seus *stakeholders*.

Inicialmente, com base na revisão de literatura, foram selecionadas as Demonstrações do Valor Adicionado de cada empresa integrante do ISE, no período 2010 e 2011, e aplicados os indicadores da DVA sugeridos.

A partir disso, a amostra de empresas integrantes da carteira 2012 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, foi classificada quanto ao setor de atuação no mercado e percentual de participação no Índice. Posteriormente, foram efetuados cálculos matemáticos para possibilitar a análise dos dados encontrados.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a análise, foram elencados e apresentados abaixo, os principais indicadores extraídos da DVA, conforme o setor de atuação no mercado e percentual de

participação da empresas no ISE. A Tabela 1 apresenta a média do Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita, de acordo com o setor de atuação no mercado.

Tabela 1: Média Grau de Valor Adicionado Bruto em relação a Receita (GVAR), por setor de atuação

SETOR	2011	2012
Financeiro/ Seguros e Previdência	21,53	30,92
Industrial	41,89	22,04
Participações	17,57	14,87
Utilidade Pública	39,73	4,38

Fonte: Elaborado pela Autora

O objetivo do Grau de Valor Adicionado Bruto em relação à Receita (GVAR) é medir o quanto da Receita Total a empresa consegue agregar como Valor Adicionado Bruto. Conforme visualizado na Tabela 1, relativamente a esse índice, o setor Financeiro, em 2010, apresentou a média superior aos demais setores, totalizando 30,92%. No exercício de 2011, o setor Industrial resultou na maior média 41,89%.

Analisando esse mesmo índice, de acordo com o percentual de participação da empresa no ISE da BMF&Bovespa, percebe-se que em média, as entidades que possuem o maior percentual de participação ISE, detêm a maior capacidade de transformar a receita em valor agregado para a empresa.

Tabela 2: Grau de Valor Adicionado Bruto em relação a Receita (GVAR), por % participação no ISE

	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índice	47,20	46,02	32,53	26,77
Desvio Padrão	25,77	26,82	21,28	20,73
Maior Índice	81,38	71,47	52,55	54,82

Conforme o percentual demonstrado na Tabela 2, em média o GVAR, totalizou 47,20% em 2010 e 46,02% em 2011, com um percentual de desvio padrão igual a 25,77 em 2010 e 26,81 em 2011. As empresas com menor participação no índice totalizaram em média 32,53% em 2010 e 26,77% em 2011, com desvio padrão de 21,28 em 2010 e 20,73 em 2011.

Dessa forma, de acordo com a análise, a empresa Gerdau S.A., que possui uma participação de 6,16% do total da carteira do ISE 2012, apresentou o maior índice, considerando o GVAR calculado no período, 81,38% em 2010.

O Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP) indica o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa. A Tabela 3, demonstra o GPRP de acordo com o setor de atuação no mercado.

Tabela 3: Média Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), por setor de atuação

SETOR	2011	2010
Financeiro/ Seguros e Previdência	48,62	51,45
Industrial	64,02	60,75
Participações	2,58	1,30
Utilidade Pública	61,22	56,95

O setor Industrial apresentou a maior média de índices, totalizando 64,02%, no exercício de 2011 e 60,75%, no exercício de 2010. O setor das empresas de Utilidade Pública atingiu a segunda colocação, da média dos índices considerados, apresentando 61,22% em 2011 e 56,95% em 2010.

As empresas também foram agrupadas em função de sua participação no ISE. Os resultados para essa forma de agrupamento são destacados na Tabela 4:

Tabela 4: Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), por % de participação ISE.

	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índices	43,41	44,97	57,24	49,30
Desvio Padrão	39,51	34,95	47,44	46,37
Maior Índice	95,32	93,79	96,26	96,12

Conforme visualizado na Tabela 4, relativamente ao percentual de participação no Índice, as empresas que possuem menor participação, apresentaram em média um percentual maior do Grau de Produção de Riqueza Própria, sendo a Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo a empresa que apresentou a maior capacidade de geração própria do período, atingindo o percentual de 96,26 em 2010 e 96,12 em 2012.

O Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência (GRRT) foi utilizado na análise, para medir o quanto do Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento de terceiros. A Tabela 5 destaca a média por setor de atuação do GRRT:

Tabela 5: Média do Grau de Produção de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT), por setor de atuação.

SETOR	2011	2012
Financeiro/ Seguros e Previdência	51,38	49,50
Industrial	35,98	39,25

Participações	97,42	98,70
Utilidade Pública	38,67	42,93

Pela análise das informações dispostas na Tabela 05, percebe-se que o segmento de empresas que apresentou destaque foi o de Participações, ao contrário do comportamento apresentado por esse mesmo setor no Índice GPRP, supra demonstrado. Esse comportamento é natural, pois é um reflexo do fato de que esse grupo de empresas possui grandes participações em outras entidades e que conseqüentemente, a maioria das suas receitas provêm dessas empresas.

Da mesma forma, as empresas foram analisadas o percentual de sua participação no ISE. A Tabela 6, ilustra esse cenário.

Tabela 6: Grau de Produção de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT), por % participação no ISE.

	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índices	56,59	55,03	42,52	50,44
Desvio Padrão	39,51	34,95	47,66	46,68
Maior Índice	95,32	93,80	100,00	99,90

As empresas que concentram a maior participação no Índice são as que apresentam também o maior percentual da riqueza recebida em transferência. De acordo com a análise do Índice, a Ultrapar Participações S.A. foi a empresa que apresentou o maior percentual, sendo 99,49 % das riquezas recebidas em transferência em 2010 e 99,55% em 2011.

A partir da aplicação dos indicadores e da análise da DVA, é possível identificar a forma como ocorreu a distribuição da riqueza agregada da empresa entre os *stakeholders*. Primeiramente, a Tabela 6, demonstra o percentual de distribuição do valor adicionado aos empregados (PDVAE), por setor.

Tabela 7: Média do Percentual de Distribuição do valor Adicionado aos Empregados (PDVAE), por setor de atuação.

SETOR	2011	2012
Financeiro/ Seguros e Previdência	20,99	16,45
Industrial	19,74	17,39
Participações	14,19	11,74
Utilidade Pública	9,71	11,34

De acordo com o visualizado na Tabela 7, conclui-se que as empresas integrantes do ISE, em média, distribuem 15% do total do seu valor agregado aos funcionários. Nesse índice, conforme visualizado na Tabela 7, o setor que alcançou o percentual mais alto em 2011 foi o Financeiro/ Seguros e Previdência e no ano de 2010 foi o setor Industrial.

Relativamente ao percentual de participação no ISE, conforme demonstrado na Tabela 8 abaixo:

Tabela 8: Percentual de Distribuição do valor Adicionado aos Empregados (PDVAE), por % participação no ISE.

	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índice	15,23	12,85	12,86	18,42
Desvio Padrão	18,00	12,93	12,21	14,81
Maior Índice	49,88	37,64	26,17	31,27

De acordo com a Tabela 8, em média, as 10 empresas com maior percentual, totalizaram em 2010 15,23% de distribuição do valor adicionado aos empregados e em 2011 esse percentual se reduziu para 12,85%, considerando um desvio padrão de 49,88 e 37,64, respectivamente.

O conjunto de empresas que totalizam a menor participação no ISE, apresentaram 12,86% do PDVAE em 2010 e em 2011 18,42%, considerando o desvio padrão de 12,20 em 2010 e 14,80 em 2011.

As empresas que apresentaram o maior percentual de distribuição do valor adicionado aos empregados em 2010 e 2011 foram respectivamente a CEMIG Distribuição S.A. e o Banco Bradesco S.A.

O Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo (PDVAG), visualizado por setor na Tabela 9, foi utilizado para mensurar o quanto do valor agregado total as entidades destinaram ao governo, principalmente em forma de impostos.

Tabela 9: Média do Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo por setor.

SETOR	2011	2010
Financeiro/ Seguros e Previdência	13,67	16,93
Industrial	14,15	19,32
Participações	4,40	3,03

O setor classificado como de Utilidade Pública, no cálculo da média dos índices individuais por empresa, de acordo com a Tabela 9, foi o que atingiu o percentual mais elevado da Média do Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo, nos dois períodos analisados, alcançando 25,87% em 2011 e 26,88% em 2010. O setor de Participações destinou em média, somente 4,4% em 2011 e 3,0% em 2010 do seu valor agregado total ao Governo.

As empresas também foram, para análise do PDVAG, agrupadas em função de sua participação no ISE. Os resultados para essa forma de agrupamento são destacados na Tabela 10:

Tabela 10: Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo por % participação no ISE

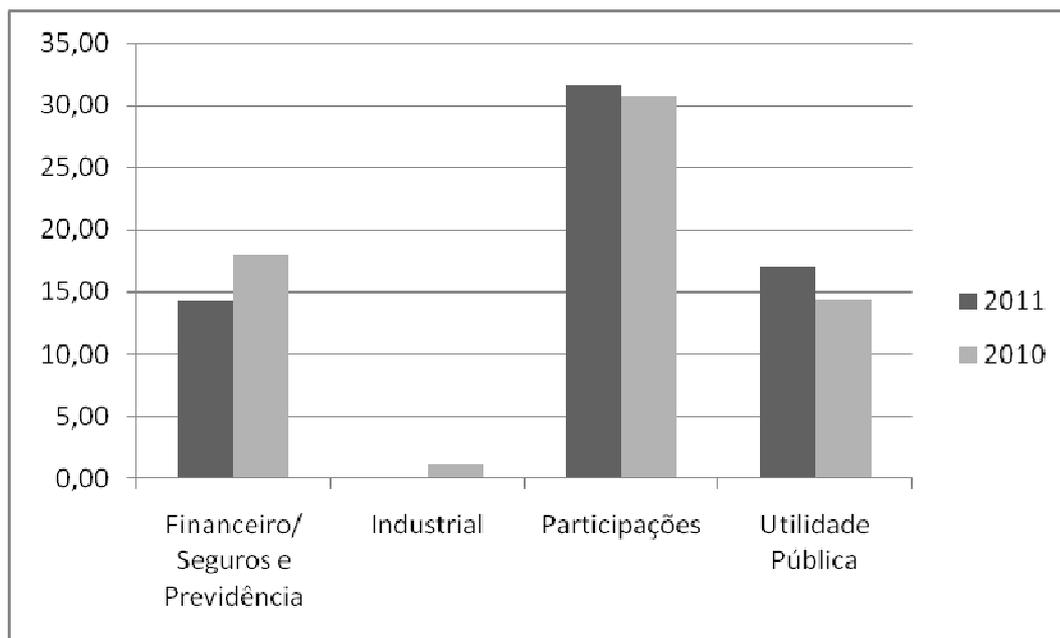
	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índices	16,26	15,60	26,82	18,27
Desvio Padrão	23,34	22,86	27,91	27,55
Maior Índice	69,16	68,11	71,48	69,76

Considerando o nível de participação no ISE, as empresas que detêm o maior percentual, em média são as que apresentam a menor destinação do valor adicionado ao governo. Essas empresas em 2010 totalizaram em média 16,26%, e em 2011 15,60% considerando o desvio padrão de 23,34 e 22,86, respectivamente.

O grupo de empresas que detêm o menor percentual de participação em média destinou 26,82% em 2010 e 18,27% em 2011 de seu valor adicionado ao Governo. De acordo com a análise, a empresa que apresentou o maior PDVAG, no período analisado foi a Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo.

O Gráfico 3 demonstra o Percentual de Distribuição do Valor Agregado aos Acionistas (PDVAA), por setor de atuação das empresas no mercado, que mede o quanto do valor agregado total foi distribuído aos acionistas.

Gráfico 3: Média do Percentual de Distribuição do Valor Agregado aos Acionistas por setor



Conforme pode ser visualizado no Gráfico 3, o setor que em média alcançou o maior percentual de distribuição de valor ao acionista, entre as empresas integrantes do ISE, foi o de Participações. O setor Industrial registrou um percentual irrelevante, pois diversas empresas não registraram distribuição de dividendos no período analisado.

Da mesma forma, as empresas foram analisadas de acordo com o percentual de participação no ISE:

Tabela 10: Grau do Percentual de Distribuição do Valor Agregado aos Acionistas por % participação no ISE.

	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índices	15,89	14,65	19,83	22,44
Desvio Padrão	19,35	17,77	21,72	34,11
Maior Índice	47,86	51,66	60,63	91,26

De acordo com a Tabela 10, o Percentual de Distribuição do Valor Agregado aos Acionistas (PDVAA) encontrado, quando considerado o percentual de participação das empresas no ISE, foi em média, 15,89 % em 2010 e 14,65% em 2011 para as empresas detentoras da maior participação. Já o conjunto de empresas com participação minoritária, foi aquele que mais distribuiu o seu valor adicionado aos acionistas, totalizando em média 19,83 em 2010 e 22,44 em 2011. O maior percentual encontrado no período foi 91,26%, distribuído pela empresa Light S.A.

A Tabela 11 apresenta a média do Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), de acordo com o setor de atuação no mercado.

Tabela 11: Média do Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), por setor de atuação

SETOR	2011	2010
Financeiro/ Seguros e Previdência	38,07	36,20
Industrial	4,82	17,12
Participações	34,27	39,98
Utilidade Pública	24,25	33,71

Relativamente ao PRVA, conforme visualizado na Tabela 11, as empresas componentes do setor Financeiro/Seguros e Previdência obtiveram o maior percentual médio de retenção do valor adicionado total a distribuir, consolidando 38,07 % no ano de 2011. Em 2010, o setor de Participações reteve 39,98% dos lucros, alcançando o maior percentual médio entre os setores de empresas analisadas no período.

De acordo com a Tabela 12 as empresas foram também analisadas de acordo com o % de participação no ISE.

Tabela 12: Grau do Percentual de Retenção do Valor Adicionado (PRVA), por % participação no ISE.

	Maior % Part. ISE		Menor % Part. ISE	
	2010	2011	2010	2011
Média Índices	31,59	33,02	74,56	45,12
Desvio Padrão	23,06	25,11	23,06	25,11
Maior Índice	65,34	70,74	65,34	70,74

Por meio da análise, de acordo com a Tabela 12, o conjunto de empresas que detém o maior número de ações da carteira do ISE, foi o que no período estudado, reteve em média o maior percentual do Valor Adicionado na instituição. A empresa que apresentou o maior índice de retenção foi o Itaú Unibanco Holding S.A.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa almejou contribuir para análise dos dados apresentados pelas empresas através da DVA, e dessa forma, analisar a produção e distribuição da riqueza pelas empresas integrantes do ISE aos seus *stakeholders*.

Através desse estudo percebe-se que a DVA é uma importante ferramenta que pode ser utilizada pela empresa, como também pela sociedade, pois, através do emprego dos indicadores expostos no trabalho, os usuários podem ter uma visão mais ampla de como ocorre a geração e a distribuição da riqueza pelas empresas.

Analisando o conjunto de empresas, percebe-se que relativamente a distribuição do valor agregado aos stakeholders, o conjunto de empresas que é considerado de menor participação teórica na carteira do ISE, foi no período analisado a grupo de empresas que mais distribuiu valor ao acionista.

Cabe ressaltar que o grupo de empresas que detém o maior número de ações da carteira teórica do ISE, no período analisado, reteve um percentual considerável do valor gerado na entidade. Esse comportamento pode ser um reflexo conservador da crise econômica, ou de investimentos visando retorno futuro ao acionista.

Dessa forma, pode-se concluir que os indicadores extraídos da DVA podem constituir-se em eficientes meios para mensurar a riqueza agregada pela empresa e a maneira como ela foi distribuída aos *stakeholders* envolvidos no processo.

Nesse sentido, pesquisas futuras podem ser realizadas abrangendo outros setores ou grupos de empresas bem como outros indicadores de análise da DVA.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neirilaine Silva de et. al. A utilização da Demonstração do Valor Adicionado na Análise da Produção e Distribuição de Riqueza entre os Stakeholders: Um Estudo de Caso da Petrobrás. **RIC – Revista de Informação Contábil**. v. 3, n. 1, p. 134-148, janeiro-março/2009.

BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3ed. .São Paulo. Editora Atlas, 2008.

BMF&BOVESPA - ISE- ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>> Acesso em 02/11/2012.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc_09.pdf. Acesso em 31/05/2012>. Acesso em 16/11/2012

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf. Acesso em 02/06/2012>. Acesso em 16/11/2012.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, n. 37, p. 7 – 23, Jan./Abr. 2005.

DIAS, Edson Aparecido. **Índice de Sustentabilidade Empresarial e retorno ao acionista: Um estudo de evento**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnica em pesquisa Social**. 6ª ed.. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GUIMARÃES, Carla Caricatti. **Impacto do ISE no valor da empresa obtido pelo Modelo Ohlson**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. São Paulo, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 10ª ed.. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. 1ª ed. São Paulo: Report Editora, 2010. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/Livro-ISE.pdf>>

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 7ª ed.. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços**. 9ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2011.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia. DVA: Vantagens e limitações de seu uso como instrumento de avaliação da estratégia social Corporativa. **Revista Del Instituto Internacional de Costos**, n.1. jan-jun 2007, p.116-140.

SOUSA, Fabrício Alves de, et. al. Responsabilidade Social Empresarial: Uma Análise sobre a Correlação entre a Variação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Lucro das Empresas Socialmente Responsáveis que compõem esse Índice1. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade** – Vol. 1, no 1, p.52-68, Mai-Ago/2011

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. Sustentabilidade e Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC, Florianópolis**. ano 6. v. 1 n. 11, p.187-206, janeiro/junho 2009.

WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimeri; VANZELLA, Cezar, Roberto. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: Um Estudo de Caso de Uma Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico. **Revista Ciências Empresariais da Unipar, Toledo**. v. 06, n. 2, julho- dezembro/2005.